



ENTIDADE DAS CONTAS E FINANCIAMENTOS POLÍTICOS

**Relatório da Entidade das
Contas e Financiamentos
Políticos relativo às Contas da
Campanha Eleitoral para a
Eleição dos deputados à
Assembleia Legislativa da
Região Autónoma dos Açores
realizada em 25 de outubro de
2020, apresentadas pelo Partido
LIVRE**

PA 14/ALRAA/20/2020

junho/2024



Índice

Índice	1
Lista de siglas e abreviaturas.....	2
Sumário	3
1. Introdução.....	3
2. Método e Responsabilidade.....	3
2.1. Método.....	3
2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro	6
3. Informação Financeira.....	6
4. Resultados / Observações	7
4.1. Apresentação do orçamento de campanha após o prazo legal.....	7
4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha.....	7
4.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – Contribuições de partido político ausência de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido e receita não refletida na conta bancária de campanha.....	8
4.4. Movimentos na conta bancária sem reflexo nas contas de campanha	11
4.5. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado	11
4.6. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas	14
5. Conclusões.....	16
6. Direito ao Contraditório	17
Lista de Anexos.....	18



Lista de siglas e abreviaturas

ALRAA 2020	Eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020
ECFP	Entidade das Contas e Financiamentos Políticos
IAS	Indexante dos apoios sociais
Lei n.º 19/2003	Lei n.º 19/2003, de 20 de junho
LO n.º 2/2005	Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro
LEALRAA	Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto)
Listagem n.º 2/2020	Listagem n.º 2/2020, de 20 de maio de 2020, publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 117, de 18 de junho de 2020
LIVRE	Partido LIVRE
PA	Procedimento de Apreciação de Contas de Campanha Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 25 de outubro de 2020 do partido LIVRE



Sumário

O Relatório que a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos envia à apreciação do **LIVRE**, relativo às contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, para além de apresentar uma descrição da metodologia seguida, contém uma visão global da informação financeira relevante, seguida de uma explanação dos resultados obtidos que ou demonstram impossibilidade/limitação na análise ou revelam erros ou incumprimentos detetados.

1. Introdução

O presente Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (doravante designada por ECFP) contém as conclusões dos trabalhos de auditoria, efetuados às contas da campanha para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo partido **LIVRE**, daqui em diante designada por **Candidatura**.

2. Método e Responsabilidade

2.1. Método

A auditoria foi realizada de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre as contas de campanha e preparadas de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro adotadas em Portugal - Sistema de Normalização Contabilística e demais regulamentação específica que regula as atividades de campanha eleitoral.

Face ao exposto, os procedimentos adotados, e quando aplicáveis, foram os seguintes:

- (i) Análise dos procedimentos de controlo interno adotados para assegurar a identificação das ações de campanha eleitoral, a integral quantificação dos meios



utilizados para a realização de cada uma dessas ações de campanha e a sua correta reflexão nas respetivas contas da campanha, o integral registo das receitas de campanha e o integral registo das despesas, no período adequado;

- (ii) Comprovação de que as ações de campanha estão integralmente refletidas nas contas da campanha eleitoral, correspondem às ações realizadas e foram corretamente valorizadas a preços de custo e/ou de mercado;
- (iii) Cruzamento das ações de campanha eleitoral identificadas através da verificação física efetuada pela ECFP com as despesas e receitas, refletidas na demonstração de receitas e despesas;
- (iv) Verificação da integral apresentação dos extratos bancários da conta bancária da campanha, desde a abertura até ao encerramento da conta (incluindo confirmação do encerramento da conta e análise do destino do saldo da campanha);
- (v) Verificação da identificação do mandatário financeiro, bem como da respetiva publicação em jornal de circulação nacional;
- (vi) Verificação da correta contabilização do valor da subvenção estatal;
- (vii) Verificação do valor relativo a despesas com conceção, produção e afixação de estruturas, cartazes e telas que se destinam à utilização na via pública, e seu peso relativo no valor da subvenção (pertinente para efeitos do disposto no art.º 18.º, n.º 6, da Lei n.º 19/2003);
- (viii) Comprovação de que as receitas de campanha obtidas mediante donativos e angariações de fundos foram integralmente depositadas na conta bancária de campanha, refletidas no período correto e que a sua obtenção foi conseguida em obediência aos preceitos legais aplicáveis, designadamente quanto à identificação dos montantes e da sua origem e dentro do limite que a lei estipula (artigo 16.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003);



- (ix) Comprovação de que os donativos em espécie e os bens cedidos a título de empréstimo constam das contas de campanha e estão valorizados a preços de mercado, bem como a verificação da identidade dos doadores e respetivas declarações;
- (x) Comprovação de que as situações de colaboração de militantes, simpatizantes e de apoiantes, a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, estão suficientemente caracterizadas para poderem ser distinguidas de donativos em espécie;
- (xi) Verificação de que as contribuições do partido político estão certificadas pelos órgãos competentes do Partido e refletidas na conta bancária da campanha;
- (xii) Comprovação de que as cedências de bens afetos ao património do(s) partido(s) político(s), a que se refere o n.º 6 do artigo 16.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, estão adequadamente suportadas, com identificação dos bens cedidos e respetivo período de cedência;
- (xiii) Comprovação de que as despesas de campanha estão integralmente refletidas nas contas bancárias de campanha e registadas nas respetivas contas de campanha, são razoáveis face à natureza e quantidade dos bens adquiridos e dos serviços prestados, estão adequadamente suportadas do ponto de vista documental e revelam valores em conformidade com os constantes da Listagem n.º 2/2020 ou com o mercado, devidamente demonstrada;
- (xiv) Verificação do cumprimento do limite de despesas, estabelecido por lei (artigo 20.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003);
- (xv) Obtenção de confirmação externa das mais importantes transações e saldos junto dos respetivos terceiros, e;
- (xvi) Avaliação da existência de passivos omissos, não registados, e de outras contingências.



(xvii) Verificação de que o pagamento das despesas de campanha foi efetuado por instrumento bancário, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, à exceção das despesas de montante inferior ao valor do IAS desde que, durante o período eleitoral não tenham excedido o valor global de 2 % dos limites fixados para as despesas de campanha (artigo 19.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003).

2.2. Responsabilidade do mandatário financeiro

É da responsabilidade do mandatário financeiro a preparação e apresentação das contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, as quais devem apresentar de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da campanha para a mencionada eleição e o resultado das suas ações, nos termos do articulado da Lei n.º 19/2003, especialmente dos seus artigos 21.º e 22.º.

3. Informação Financeira

No âmbito das atividades desenvolvidas na campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, a **Candidatura** apurou uma receita global de 5.201,61 EUR e uma despesa total de 5.201,61 EUR (cfr. fls. 99 conjugada com fls. 100 e 104 do PA e Anexos I e II). Face ao valor das receitas e das despesas apresentadas apurou-se um saldo nulo da campanha eleitoral em apreço.

O financiamento das despesas de campanha foi assegurado através de contribuições do Partido no montante de 5.201,61 EUR (Anexo I).



4. Resultados / Observações

4.1. Apresentação do orçamento de campanha após o prazo legal

Nos termos do artigo 17.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, e em conjugação com o artigo 15.º, n.º 4 da Lei n.º 19/2003, as Candidaturas apresentam à Entidade das Contas e Financiamentos Políticos o seu orçamento de campanha até ao último dia do prazo para a entrega das candidaturas.

Como referido na LEALRAA, no n.º 2, do seu artigo 24.º, a candidatura deve ser apresentada até ao 41.º dia anterior à data prevista para as eleições.

Ora, tendo a data da presente Eleição sido marcada para dia 25 de outubro de 2020, através de decreto presidencial (cfr. fls. 2 do PA), resulta que o 41.º dia anterior à data da eleição teve lugar no dia 14 de setembro de 2020.

Como é possível verificar através do conteúdo das fls. 3 a 11 do PA, a Candidatura entregou à ECFP, no dia 18 de setembro de 2020, o orçamento de campanha em suporte informático e remeteu-o no dia 21 de setembro em suporte papel.

Atendendo a que a Candidatura entregou o orçamento de campanha no dia 18 de setembro de 2020, verifica-se estar perante o incumprimento do dever de entrega do orçamento de campanha no prazo previsto nos artigos 17.º, n.º 1, da LO n.º 2/2005, e 15.º, n.º 4, da Lei n.º 19/2003.

4.2. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística.

Assim, neste contexto, a análise dos documentos do processo de prestação de contas da campanha eleitoral apresentados pela Candidatura permitiu verificar que a Candidatura



apresentou um “Anexo X – Anexo às contas de campanha” que não apresenta qualquer informação referente às contas da campanha ALRAA 2020 do partido LIVRE (cfr. fls. 54 do PA).

O Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados faz parte do conjunto de demonstrações financeiras a apresentar no processo de prestação de contas, conforme impõe o artigo 11.º, n.º 1, alínea e) do Sistema de Normalização Contabilística (DL n.º 158/2009, de 13 de julho). Este documento deve respeitar o detalhe previsto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (publicada no Aviso 8259/2015 de 29/07), nomeadamente nas alíneas b) e c) do parágrafo 4.18, designadamente apresentar informação acerca das bases de preparação das demonstrações financeiras, bem como proporcionar informação adicional relevante para uma melhor compreensão quer do Balanço quer da Demonstração dos Resultados, e que permita divulgar toda a informação que não seja apresentada no balanço e na demonstração dos resultados e informação adicional que não se encontre refletida nestas demonstrações financeiras, mas que seja relevante para uma melhor compreensão das mesmas.

A situação *supra* descrita configura o incumprimento do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

No âmbito do exercício do contraditório o Partido poderá prestar esclarecimentos adicionais e/ou apresentar o anexo devidamente corrigido.

4.3. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – Contribuições de partido político ausência de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido e receita não refletida na conta bancária de campanha

Nos termos do artigo 16.º, n.º 1, alínea b), da Lei n.º 19/2003, as atividades da campanha eleitoral podem ser financiadas por contribuições de partidos políticos que apresentem ou apoiem candidaturas às eleições para as Assembleias Legislativas Regionais.



Do n.º 2 do citado artigo resulta ainda obrigatoriedade de que todas as contribuições dos partidos às campanhas, dotações provisórias e contribuições previstas na alínea b) do número anterior, sejam certificados por documentos emitidos pelos órgãos competentes do respetivo partido.

Por sua vez, atento o disposto no artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, da Lei n.º 19/2003, as receitas de campanha eleitoral constam de contas próprias, a que correspondem a conta bancária especificamente constituída para o efeito, na qual são depositadas as respetivas receitas relativas à campanha.

Decorre do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, que nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.

No caso em análise, verificaram-se as seguintes situações:

- A.** A Candidatura registou no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “ANEXO XI – Conta – Receitas de Campanha” receitas provenientes de contribuição de Partido(s) Político(s) no valor total de 5.201,61 EUR, sendo que no “Mapa M2 – Conta – Receitas de Campanha – Contribuição de Partido(s) Político(s) (inclui adiantamentos nos termos previstos no art. 16.º, n.º 3, da Lei n.º 19/2003)” encontram-se registadas receitas no valor total de 8.409,39 EUR (cfr. fls. 90 verso, 91 e 92 do PA), verificando-se uma divergência no valor de 3.207,78EUR entre o valor da receita proveniente de contribuições registadas na Demonstração de resultados e aquela que consta do mapa M2;
- B.** Registo de adiantamento no valor de 5.000,00 EUR, certificado por documento emitido pelos órgãos competentes do respetivo Partido e suportado pela transferência bancária, datada de 28/09/2020, com o descritivo “TRF. LIVRE PARTIDO POLÍTICO” (cfr. fls. 81 do PA e fls. 19 do Anexo I do PA);
- C.** A Candidatura registou no “Mapa M2 – Conta – Receitas de Campanha – Contribuição de Partido(s) Político(s)” uma contribuição do LIVRE no valor de 2.727,70 EUR, que se



traduziu no pagamento de uma despesa ao fornecedor “CTT Contacto, S.A.”, suportada pela fatura “n.º 81100608/1”, no valor de 2.272,70 EUR (cfr. fls. 79, 79v, 80 a 82 e 92 do PA), verificando-se uma divergência no valor de 455,00 EUR, tendo sido liquidada pelo Partido Livre, através de transferência bancária n.º _____ com o descritivo “TRF . P/ CTT” com data de 25/05/2020 (cfr. extrato bancário do Partido Livre de fls. 79/79v e comprovativo de transferência interbancária de fls. 82 do PA) e não através da conta bancária da campanha (cfr. extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN _____, de fls. 17 e 19 do Anexo I, do PA);

- D.** Registo de contribuição do LIVRE no valor de 681,69 EUR, correspondente ao pagamento de uma despesa suportada pela fatura “14A/2020068” do fornecedor “COINGRA” (cfr. fls. 86 e 88 do PA), tendo sido liquidada pelo Partido Livre, através de transferência bancária n.º _____ (cfr. extrato bancário do Partido Livre de fls. 79/79v e comprovativo de transferência interbancária de fls. 86 do PA) e não através da conta bancária da campanha (cfr. extratos bancários da conta de depósitos à ordem com o IBAN _____, de fls. 17 e 19 do Anexo I, do PA).

A situação *supra* descrita em **A.** representa uma inadequada organização contabilística configurando, por isso, a violação do artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

A situação *supra* descrita em **C.** representa uma inadequada organização contabilística, pela divergência entre o valor registado como receita e o valor da despesa paga a título de contribuição, a violação da obrigação de todas as receitas serem depositadas na conta bancária de campanha e a ausência de entrega de documento certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido, configurando por esta via o incumprimento dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, e artigo 16.º, n.º 2, todos da Lei n.º 19/2003.

A situação *supra* descrita em **D.** representa a violação da obrigação de todas as receitas serem depositadas na conta bancária de campanha e a ausência de entrega de documento



certificativo emitido pelos órgãos competentes do partido, configurando o incumprimento dos artigos artigo 15.º, n.ºs 1 e 3, e artigo 16.º, n.º 2, ambos da Lei n.º 19/2003.

No âmbito do exercício do contraditório o Partido poderá corrigir, prestar esclarecimentos adicionais e/ou apresentar os documentos certificativos de tais contribuições pelos órgãos competentes do Partido.

4.4. Movimentos na conta bancária sem reflexo nas contas de campanha

Atento o disposto no art.º 12.º, n.ºs 1, 2 e 3 alínea c), da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* art.º 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas despesas. Por seu turno, como já referido, o artigo 15.º do mesmo diploma, no seu n.º 3, obriga à existência de conta bancária específica, na qual sejam depositadas as receitas da campanha e movimentadas as respetivas despesas.

No caso em análise verifica-se a existência de uma saída de fundos da conta bancária da campanha com o IBAN (cfr fls. 10 do PA e fls. 17 do Anexo I do PA), através de uma transferência no valor de 2.752,78 EUR, datada de 19/05/2021, com o descritivo “TRF. LIVRE PARTIDO POLITICO”, que não se encontra refletida nas contas apresentadas (cfr. fls. 90 a fls. 111 do PA).

A situação descrita supra configura uma violação do artigo 12.º, n.ºs 1, 2 e 3, alínea c), aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

4.5. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística, por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas.



Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo.

Tais despesas devem respeitar os valores de mercado, definidos nos termos do artigo 24.º, n.º 5, da Lei n.º 19/2003, através da publicação pela ECFP de uma lista indicativa do valor dos principais meios de campanha, sendo que a fiscalização a que se refere este artigo respeita quer às contas dos partidos políticos quer às contas das campanhas eleitorais (cfr. n.º 1, do artigo 24.º, da Lei n.º 19/2003).

Feito este enquadramento, para que se possa proceder ao cotejo entre as despesas efetuadas pelo Partido e os preços praticados no mercado é necessário que a estas subjaza documentação de suporte que detalhe os elementos indispensáveis à aferição da razoabilidade/justificação dos preços cobrados, permitindo, assim, a comparação com os valores contantes da Listagem n.º 2/2020, publicada em *Diário da República, II Série*, n.º 117, de 18 de junho.

In casu, verificou-se que a Candidatura registou nas contas apresentadas as seguintes despesas cujos valores se encontram abaixo dos montantes existentes nos intervalos de valores da Listagem n.º 2/2020:

- A. Registo de despesa no “Mapa M6 – Conta – Despesas de Campanha – Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado”, com a descrição “Design gráfico”, no valor unitário de 500,00 EUR, prestada por “ ” em 28 de setembro de 2020, à qual corresponde a “FATURA-RECIBO N.º 6”, com a descrição “Design gráfico para o Partido Livre, das eleições primárias, e da campanha para as Eleições Legislativas Regionais dos Açores 2020” (cfr. fls. 104/105 do PA e fls. 20 do Anexo I do PA),

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “I – Conceção da campanha, comunicação e estudos de mercado”, no ponto “1 – Assessoria e consultadoria: 1.2 – Eleições de âmbito regional ou local (preço por mês)”, com o



intervalo entre “1.500,00 EUR e 10.000,00 EUR”, extrai-se que este valor se encontra 1.000,00 EUR abaixo do limite mínimo de referência de mercado, e;

- B.** Registo de despesa no “Mapa M7 – Conta – Despesas de Campanha - Propaganda, comunicação impressa e digital”, com a descrição “Legendagem de vídeo”, no valor unitário de 550,00 EUR, prestada por “ ” em 15 de outubro de 2020, à qual corresponde a “FATURA-RECIBO N.º 14”, com a descrição “Tempos de Antena e legendagem de vídeo: LIVRE Açores, regionais 2020” (cfr. fls. 104/106 do PA e fls. 33 e 34, do Anexo I do PA e ainda conjugado com fls. 77 do PA).

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo “I – Conceção da campanha, comunicação e estudos de mercado”, no ponto “3.1 – Tempo de Antena TV até 5 minutos”, com o intervalo entre “1.450,00 EUR e 37.400,00 EUR” extrai-se que este valor se encontra 900,00 EUR abaixo do limite mínimo de referência de mercado.

- C.** Registo de despesa no “Mapa M8 – Despesas de Campanha – Estruturas, cartazes e telas (via pública)” com a descrição “Cartazes”, no valor de 277,30 EUR, suportada pela “Fatura n.º 14 A/20201300”, emitida pelo fornecedor “Nova Gráfica” e com descritivo «Cartazes “LIVRE Açores”», quantidade 150 unidades, no valor global de 277,30 EUR e anexo o orçamento com a descrição «Cartazes “Livre Açores” com 1 rubrica no formato A2 impressão a 4/0 cores quadricromia em papel couché mate 115 grs», datada de 07/10/2020, no valor de 277,30 EUR, correspondente à aquisição de 150 unidades de cartazes, com medida “0,48x0,594”, no valor unitário de 1,56 EUR (cfr. fls. 90 verso, 107 e 128 do PA e fls. 22 do Anexo I do PA).

Da comparação com a Listagem indicativa n.º 2/2020, do capítulo III “Estruturas, cartazes e telas, no ponto “2 – Cartazes e telas (não inclui montagem/colagem): 2.1.6 Medida inferiores a 0,48 x 0,68”, com o intervalo entre “7,00 EUR e 4,00 EUR”, extrai-se que este valor se encontra 2,44 EUR abaixo do limite mínimo de referência de mercado.

A lista de valores de referência dos principais meios de campanha tem natureza “indicativa” (artigos 20.º, n.º 2, alínea a) e 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei Orgânica n.º 2/2005), **podendo**



qualquer desconformidade com a mesma ser afastada mediante a apresentação de elementos complementares idóneos a *comprovar* que aquela concreta despesa no seio do mercado em que se insere, ou pelas suas particulares especificidades, se afigura como razoável/justificada.

Tal demonstração pode ser efetuada, designadamente através de solicitação de orçamentos ou recolha de informação junto de fornecedores diversos.

Pelo exposto, as situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.** carecem de esclarecimento por parte da Candidatura por forma a que seja possível aferir da razoabilidade/justificação das despesas. Não o fazendo, estas situações consubstanciam a violação do disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, da Lei n.º 19/2003.

Note-se que, segundo a mais recente jurisprudência do Tribunal Constitucional nesta matéria (cfr por todos acórdão n.º 509/2023, de 13 de julho), os valores unitários que se encontrem abaixo do limite mínimo constante da Listagem n.º 2/2020, ou seja, a diferença entre o valor de aquisição e o valor de referência de mercado das situações identificadas em **A.**, **B.** e **C.** representa uma receita não prevista no artigo 16.º, n.º 1, do mesmo diploma.

4.6. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas

Atento o disposto no artigo 12.º, n.ºs 1 e 2, da Lei n.º 19/2003, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, do mesmo diploma, nas campanhas eleitorais existe um dever genérico de organização contabilística por forma a que a contabilidade reflita, designadamente, as suas receitas e despesas, implicando tal dever que a documentação de suporte evidencie adequadamente a realidade que pretende ser retratada. Acresce que, de acordo com a alínea c) do n.º 3 do mencionado artigo, tais despesas devem encontrar-se devidamente discriminadas.

Do n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 19/2003 resulta que são despesas de campanha aquelas despesas efetuadas pelas candidaturas, com intuito ou benefício eleitoral, dentro dos seis meses imediatamente anteriores à data do ato eleitoral respetivo, as quais deverão ser suportadas por documento certificativo, nos termos do n.º 2 do mencionado preceito legal.



O princípio da representação fidedigna (cfr. parágrafo 33 da Estrutura Conceptual do SNC) estatui que toda a informação deve representar fidedignamente as transações e outros acontecimentos que ela ou pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que represente.

Em consonância com o exposto, extrai-se que somente com a entrega do suporte documental se podem ter como comprovadas e discriminadas as despesas efetivamente realizadas.

In casu, a Candidatura registou as seguintes despesas no “ANEXO IX – Demonstração dos resultados de campanha à data do fecho de contas da campanha eleitoral” e no “Mapa M7: Conta – Despesas de Campanha – Propaganda, comunicação impressa e digital”, no valor total de 600,00 EUR (cfr. fls. 90 verso e 106 do PA), cujo suporte documental não foi apresentado:

- A.** Registo de despesa alusiva a serviços da plataforma “Facebook Ireland Limited”, datada de 14/10/2020, no valor de 300,00 EUR, suportada pelo comprovativo de operação de fls. 31 do Anexo I do PA, e paga através da conta bancária de campanha com o IBAN _____, aberta junto do “Banco Montepio, S.A.” (cfr. fls. 94 do PA e fls. 19 do Anexo I do PA); e
- B.** Registo de despesa alusiva a serviços da plataforma “Facebook Ireland Limited”, datada de 14/10/2020, no valor de 300,00 EUR, suportada pelo comprovativo de operação de fls. 32 do Anexo I do PA e paga através da conta bancária de campanha com o IBAN _____, aberta junto do “Banco Montepio, S.A.” (cfr. fls. 94 do PA e fls. 19 do Anexo I do PA).

Pelo exposto, a ausência de apresentação da documentação de suporte das despesas identificadas em **A.** e **B.** representa uma inadequada organização contabilística, configurando, por isso, uma violação dos artigos 12.º, n.ºs 1 e 2, aplicável *ex vi* artigo 15.º, n.º 1, e 19.º, n.º 2, da Lei n.º 19/2003.

Mais se acrescenta que na eventualidade de a Candidatura vir a suprir a deficiência de falta do suporte documental das despesas em causa, cumpre, desde já, e sem prejuízo de outros que possam surgir, solicitar a demonstração da razoabilidade do preço dos serviços adquiridos, caso



os valores das despesas sejam divergentes dos valores de mercado constantes da Listagem n.º 2/2020.

5. Conclusões

Com base no trabalho efetuado, atenta a falta de informação e incorreções identificadas no decurso dos trabalhos de auditoria às contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pela **Candidatura**, identificaram-se as seguintes irregularidades:

- i. Apresentação do orçamento de campanha após o prazo legal (ver ponto 4.1.);
- ii. Deficiências no processo de prestação de contas – demonstrações financeiras da campanha (ver ponto 4.2.);
- iii. Incumprimento do regime legal relativo às receitas de campanha – Contribuições de partido político (ver ponto 4.3.);
- iv. Movimentos na conta bancária sem reflexo nas contas de campanha (ver ponto 4.4.);
- v. Despesas cujos valores são divergentes dos valores de mercado (ver ponto 4.5.), e;
- vi. Ausência de entrega de suporte documental de algumas despesas (ver ponto 4.6.).

A ECFP considera que, para além das situações descritas, nada mais chegou ao seu conhecimento que leve a concluir sobre a existência de situações materialmente relevantes que afetem as contas de campanha para a eleição dos deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada em 25 de outubro de 2020, apresentadas pelo **LIVRE**.



6. Direito ao Contraditório

Após a notificação do presente Relatório, dispõe o **LIVRE** do prazo de 10 (dez) dias para, querendo, se pronunciar e/ou juntar ao procedimento elementos comprovativos da regularização das situações detetadas ou outros elementos que considere relevantes, para efeitos de exercício do direito ao contraditório (artigo 41.º, n.º 2, da LO n.º 2/2005).

Lisboa, 5 de junho de 2024

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Carla Cardador

(Presidente)

Lígia Ferro da Costa

(Vogal)

Pedro Roque

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)



Lista de Anexos

ANEXO I

Conta resumo – Receitas de Campanha

ANEXO II

Conta resumo – Despesas de Campanha



Anexo I – Conta resumo – Receitas de Campanha

ELEIÇÕES REGIONAIS DA REGIÃO AUTONOMA DOS AÇORES 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: LIVRE

ANEXO XI
CONTA - RECEITAS DE CAMPANHA

Receitas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Subvenção Estatal	Mapa M1		0.00	0.00
Contribuição de Partido(s) político(s)	Mapa M2	5,201.61	5,000.00	201.61
Produto de Angariação de Fundos	Mapa M3	0.00	500.00	-500.00
Subtotal		5,201.61	5,500.00	-298.39
Donativos em espécie	Mapa M4	0.00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M5	0.00		
Subtotal		0.00		
Total das Receitas		5,201.61		

Data: _____

Assinatura: _____



ANEXO II – Conta resumo – Despesas de Campanha

ELEIÇÕES REGIONAIS DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES 2020

Partido Político ou Coligação Eleitoral: LIVRE

ANEXO XII
CONTA - DESPESAS DE CAMPANHA

Despesas	Detalhe	Valor		
		Real	Orçamento	Desvio
Conceção da campanha, agências de comunicação e estudos de mercado	Mapa M6	500.00	1,000.00	-500.00
Propaganda, comunicação impressa e digital	Mapa M7	4,259.37	1,000.00	3,259.37
Estruturas, cartazes e telas	Mapa M8	406.98	2,500.00	-2,093.02
Comícios, espetáculos e caravanas	Mapa M9	0.00	1,000.00	-1,000.00
Brindes e outras ofertas	Mapa M10	0.00	0.00	0.00
Custos administrativos e operacionais	Mapa M11	35.26	0.00	35.26
Outras	Mapa M12	0.00	0.00	0.00
Subtotal		5,201.61	5,500.00	-298.39
Donativos em espécie	Mapa M13	0.00		
Cedência de bens a título de empréstimo	Mapa M14	0.00		
Subtotal		0.00		
Total		5,201.61		

Data: _____

Assinatura: _____

